

# A SEMANA

## na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

19 a 25 de agosto de 1991-nº 02

### **FRELIMO DÁ LUZ VERDE A AÇÕES MILITARES (Moçambique)**

Um dos resultados do VI Congresso da Frelimo poderá ser um inesperado en-durecimento da linha partidária perante a Renamo, traduzido numa nova tentativa de chegar a uma solução militar da guerra, que já dura há 15 anos. Isto poderia surgir como resultado da intransigência dos rebeldes nas negociações de paz atualmente interrompidas, mais uma vez, em Roma. Sinais dados pela administração norte-americana também mostraram uma clara perda de paciência com a Renamo, ao apresentar uma proposta de aumento da ajuda para o treino de oficiais do exército governamental. A opinião pública na capital, entretanto, está considerando as concessões já feitas pelos negociadores governamentais como "demasiado flexíveis." (p.24).

### **A FRELIMO À PORTA FECHADA FRELIMO DEBATE ESTATUTOS (Moçambique) FRELIMO PELA DEMOCRACIA**

Os três artigos abordam o VI Congresso da FRELIMO, que está sendo realizado em Maputo, a portas fechadas. Os principais pontos debatidos foram a corrupção, a guerra e os esforços para a normalização da vida do país, além da autocrítica do Comité Central, que reconheceu a grave situação econômica do país [um terço da população vive abaixo do nível da pobreza absoluta, três milhões vivem deslocados], e mencionou a flexibilidade do governo nas negociações de paz, que não encontra contrapartida na Renamo. Esta atacou no sábado, 10/08, a vila de Chibuto, causando 41 mortes, 89 feridos na população civil, além de 28 civis terem sido raptados, segundo a Rádio Moçambique. A FRELIMO, em sua nova proposta de programa, defende o socialismo democrático e afirma que irá filiar-se brevemente à

Informativo de circulação restrita editado pelo programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS -  
CEAA do Conjunto Universitário Cândido Mendes.  
Responsável: José Maria N. Pereira. Elaboração: Colin Darch, Edson Borges, Francisco E. Novello, Marcelo Bittencourt Pinto e  
Rogério A. Schmitt.  
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (021) 2310648.  
Rio de Janeiro - Brasil Cep: 20011.

à Interafricana Socialista e Democrática ligada à Internacional Socialista. (p.25).

#### **SUCESSO ECONÔMICO DA ÁFRICA DO SUL DEPENDE DA DEDICAÇÃO DO EMPRESARIADO**

Cyril Ramaphosa, recém eleito secretário geral do ANC, negou que seu movimento venha a proceder as massivas estatizações, ou a uma redistribuição de renda através de medidas punitivas, no caso do ANC assumir o poder. Falando a uma delegação de empresários da Câmara do Comércio Anglo-Sul-africana, Ramaphosa, ex-dirigente sindicalista, afirmou ainda que o ANC divulgará o seu programa econômico, que satisfará os empresários, até o fim do ano. Ramaphosa criticou a "deslealdade" de grupos que exportam capital, como o da Anglo-American. (p.29).

#### **AS ORGANIZAÇÕES NEGRAS PODERIAM VIR A ASSOCIAR-SE À CONDUÇÃO DO ESTADO (África do Sul)**

Não sendo ainda exatamente o "governo interino" exigido há algumas semanas pelo ANC, uma espécie de partilha de poder com a maioria negra é a proposta de um documento oficial sul-africano, divulgado pela imprensa, em 18 de agosto. Segundo o mesmo, serão estabelecidas "comissões de paz" a nível nacional, cuja filiação incluirá o ANC, o partido Inkatha, e o Partido Nacional, atualmente no poder. A comissão nacional terá, ainda, um secretariado permanente e direitos de supervisão sobre as forças de segurança. (p.39).

#### **MPLA DESENCADEIA OFENSIVA ELEITORAL; A BATALHA DO ABASTECIMENTO (Angola)**

O esforço de recuperação econômica desencadeado neste pós-guerra pelo governo do MPLA está assustando a Unita, que identifica isso como manobra eleitoral. Desejosa de também se beneficiar dessa situação, a Unita quis participar do Gabinete de Investimentos Estrangeiros, o que lhe foi negado, pois que não aceitou participar de um governo de transição. A presença da Unita nesse Gabinete favoreceria, desde logo, a influência sul-africana na economia de Angola. Entretanto, a Unita já "derramou" (fora dos circuitos bancários) mais de um milhão de dólares, no começo de sua campanha eleitoral.

Estão em marcha investimentos estrangeiros de um bilhão de dólares para abastecimento da população angolana. Numerosas obras de infra-estrutura estão sendo realizadas, e a abertura à iniciativa privada se estende até ao ensino, sobretudo religioso. "Estamos assistindo a uma maratona de votos e o voto alimentar pode ser decisivo", comentou um opositor.

A Igreja Católica, muito influente, mantém-se equidistante, ainda esperando uma terceira força (pp.8, 10; ver também pp.1, 5 e 13).

#### **POLÍCIA POLÍTICA REPRIME MANIFESTAÇÕES (Guiné-Bissau)**

A manifestação dispersada era da FD-Frente Democrática [uma dos partidos da oposição], e o motivo foi a decisão do Supremo Tribunal de suspender, sem

explicações, o processo de legalização do partido.

O presidente Nino Vieira admitiu recentemente a "antecipação" das eleições, ainda sem data marcada.

Os signatários da "carta dos 121" — militantes que exigem uma renovação no PAIGC —, desejam o diálogo com os outros partidos e se preparam para o próximo Congresso do PAIGC, em novembro. (p.14).

#### **EXILADOS PODEM REGRESSAR (África do Sul)**

Um acordo, firmado em meados de agosto entre a ONU e o governo sul-africano, definiu as regras que balizarão o retorno dos exilados políticos, estimados em 40.000. Embora uma anistia geral deste tipo fosse uma das exigências do ANC [nos termos da Declaração de Harare], esta organização evitou fazer comentários, por não ter participado da elaboração do documento. O Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados irá supervisionar a repatriação dos exilados, dispersos por cerca de 40 países [inclusive uns poucos no Brasil]. (p.35).

#### **NOVO PRIMEIRO-MINISTRO É FERNANDO VAN DUNEN (Angola)**

Foi criada a Comissão Permanente do Conselho de Ministros, um "gabinete restrito", presidido pelo chefe de Estado, o presidente José Eduardo dos Santos. A comissão visa "facilitar a tomada de decisões governamentais sobre questões prioritárias." Houve também substituições de cargos em vários ministérios. (p.02).

#### **ANGOLA: PRIVATIZAÇÃO DAS FAZENDAS DE CAFÉ**

Dentro do processo de liberalização econômica, o Governo do MPLA vai privatizar as 30 maiores fazendas de café, estatizadas logo após a independência. O objetivo é recuperar a posição de Angola como um dos maiores produtores mundiais. [era o quarto produtor mundial, em 1974]. Segundo o ministro do Café, Faustino Muteka, a venda será aberta a angolanos, a estrangeiros e a membros da UNITA. (p.02).

#### **"O POVO ANGOLANO DEVE MANDAR"**

—entrevista com o líder histórico da FNLA — Frente Nacional de Libertação de Angola.

Prestes a retornar a Angola, Holden Roberto se mostra cético quanto ao acordo de paz MPLA — Unita, e advoga uma conferência nacional de todos os partidos que defina um quadro institucional favorável à democracia. Ele reclama o impedimento de legalização do FNLA devido a declarações de um seu dirigente, que reconheceu que a Frente mantinha "seis mil homens armados." (p.03)

**PRESIDENTE OU PADRE? (Angola)**

Trechos da carta de um leitor ao jornal Público: "Porque é que políticos angolanos ateus namoram agora a Igreja? (...) Porque é que Santos Lima [presidente do MUDAR, v. clipping nº 1, p.02], que há uns meses falava de 'socialismo democrático' (...), agora diz estar na área social cristã? (...) Por isto: a Igreja Católica tem força, arrasta quase metade da população (...). (p.4).

**SUSPEITA DE MORTES AMEAÇA PAZ ANGOLANA**

A UNITA acusa o MPLA de ser responsável pelo desaparecimento de elementos do seu partido, que teriam sido capturados pelo governo. Esta situação causa apreensão junto aos grupos internacionais de fiscalização do processo de paz, que temem pela ampliação de tais protestos. Este fato talvez seja responsável pelo adiamento da entrada de Savimbi em Luanda. No entanto, existe a possibilidade de se tratar de uma estratégia para denegrir a imagem do MPLA antes da sua chegada.

Quanto à visita de Cavaco e Silva, só a necessidade de se adiantar à diplomacia de outros países justificará uma viagem oficial a Angola, em pleno período de campanha eleitoral em Portugal. Existem rumores de que a França estaria financiando a criação de novos partidos por angolanos até pouco tempo residentes em solo francês. (p.06).

**O "LIVREIRO DA ESPERANÇA" (Angola)**

Entrevista de Ricardo Manuel, gerente da Livraria Lello, a mais tradicional de Luanda. Ele relembra o famoso livreiro Felisberto Lemos, expulso de Angola em 1977, e afirma: "Em Luanda há a fúria de ler, mas as livrarias estão quase vazias, apenas alimentadas pelas edições da União dos Escritores Angolanos." E acrescenta: "Um romance como Mayombe, de Pepetela, ou os clássicos de Luandino Vieira já venderam calmamente 100 mil exemplares." (p.7).

**SOLDADOS RECOLHEM AOS QUARTÉIS (Angola)**

O Governo angolano e a UNITA concluíram um acordo sobre os novos locais onde as tropas da UNITA ficarão acantonadas, visto que os locais inicialmente escolhidos pelo movimento de Jonas Savimbi eram inacessíveis à logística e à verificação. Com o acantonamento das tropas será possível estender a administração central a todo o território, o que tem sido a principal reivindicação do governo (p.09).

**CENTRALCER VOLTA À ÁFRICA**  
**ANGOSAT RECEBE CRÉDITO FRANCÊS** (Angola)  
**INDÚSTRIA ANGOLANA QUER 700 MILHÕES**

As três matérias tratam do relançamento das atividades industriais. A

Centralcer (Central de Cervejas) estuda as diferentes hipóteses de reinstalação em Angola; a Caixa Central de Cooperação Econômica, organismo do Estado Francês, concedeu à Angosat um crédito de 190 milhões de francos para a construção de um sistema seguro de comunicações entre Luanda e as províncias, indispensável à recuperação econômica; José Manuel Inácio, presidente da Associação dos Industriais de Angola, calcula em 700 milhões de dólares o montante necessário para a completa recuperação das instalações industriais angolanas, tendo a AIA estado reunida recentemente em assembléia extraordinária para discutir a situação do país e o impacto das atuais reivindicações laborais (o governo decretou um aumento salarial global de 30%). (p.11).

#### **CIN VAI CONSTRUIR FÁBRICA NA GUINÉ**

Alargam-se os investimentos portugueses nos PALOP. A CIN, que já opera em Angola e Moçambique, construirá uma fábrica em "joint venture" com a empresa guineense de distribuição, HP Rosa. A associação, que deverá estar concretizada em setembro, visa abrir uma ponte, a partir do fraco mercado local, com mercados vizinhos de maior dimensão, como o do Senegal e da Guiné-Conakry, dominados por marcas francesas. (p.15).

#### **PRESOS OS ENVOLVIDOS NO GOLPE (Moçambique)**

Após a reportagem da BBC no dia 20 de junho, o governo moçambicano confirmou no dia 22, que alguns oficiais do exército, além de civis, foram presos por estarem envolvidos numa tentativa de golpe de Estado. Cinco dias depois foi confirmado que o coronel-general Sebastião Mabote [que de 1975 a 1986 fora chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, e membro do Burô Político da Frelimo dos III e IV Congressos], era um dos réus. Outros nomes na lista de 16 presos, com perfis políticos elevados, eram o do Tenente-General José Moiane, e de dois irmãos do falecido presidente Samora Machel. (pp.16-17).

#### **MINISTRO DO INTERIOR PRESO EM MOÇAMBIQUE**

Horas antes da abertura do VI Congresso da Frelimo, foi preso o ministro do interior, coronel Manuel Antônio, veterano da luta de libertação, acusado de envolvimento na tentativa de golpe de junho. (cf. clipping nº 0 pp. 23 e 24). O Congresso, convocado três anos antes do prazo normal, está sendo marcado pelo espírito de conciliação, pela rejeição do monopólio de poder e pela autocrítica. O ponto quente, porém, será a eleição, a portas fechadas, do Birô Político e do Comitê Central. (p.19).

#### **O CONGRESSO DA REVIRAVOLTA (Moçambique)**

O presidente da República e do Partido Joaquim Chissano, apresentou um relatório contendo um somatório dos erros cometidos, entre os quais o da "marxileninização" da Frelimo e a tentativa de generalização "a todo país

das experiências e sentimentos das populações das zonas libertadas". Atribuiu-se tais erros à conjuntura internacional, à luta contra o colonialismo e à inexperiência política e econômica dos quadros mais destacados, sem uma aderência real à sociedade moçambicana.

As alterações na Frelimo iniciam-se com a sua aproximação à Internacional Socialista e à defesa do pluripartidarismo político e da liberdade de informação. Até este momento porém, todas as alterações tem-se processado sem o afastamento das personalidades marcantes da sua história. (p.20).

**MAPUTO DENUNCIA "LOBBIES" PORTUGUESES (Moçambique)**  
**RENAMO OTIMISTA**

Dando prosseguimento aos entraves postos às negociações entre o governo moçambicano, a Renamo e mediadores no processo de transição, Armando Guebuza, membro do Bureau Político da Frelimo e chefe da delegação oficial nas conversações em Roma, disse que setores portugueses se interessariam pela transferência do processo de negociação para Lisboa em troca da garantia da Renamo de devolução e indenizações dos bens pertencentes a portugueses antes da independência.

Outra questão que divide o governo moçambicano e a Renamo são as decisões do VI Congresso. Para Guebuza as resoluções não deverão condicionar as conversações em Roma. A Renamo acha que as negociações deveriam aguardar a nova estratégia que assumirá o partido governamental. Raul Manuel Domingos, chefe da delegação da Renamo em Santo Egídio, admitiu, se for necessário, o envolvimento de outros países nas conversações de paz, mas considera que somente o cumprimento dos 20 pontos da agenda poderá abrir caminho para a paz. (p.21).

**NEGOCIAÇÕES EM PONTO MORNO (Moçambique)**

São decepcionantes os resultados obtidos nas negociações entre o governo de Moçambique e a Renamo em Roma (cf. clip. nº 1, pp.15 e 17). Os rumores indicando a substituição da Itália como mediador, por Portugal ou África do Sul, tem sido desmentidos por todas as partes. O porta-voz, face ao impasse das negociações, reconheceu a dificuldade em entender a tática da Renamo, acreditando desejar ela esperar os resultados do VI Congresso da Frelimo. (p.22).

**LISBOA NÃO RESPONDE (Moçambique)**

O Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal ainda não comentou dois fatos produzidos pelo governo moçambicano, semana passada. O primeiro, foi a declaração de que lobbies portugueses, ligados à Renamo, estavam tentando transferir as negociações de paz de Roma para Lisboa (v. clipping nº 1, p.15).

O segundo, foi o estabelecimento de relações diplomáticas com a Indonésia, país que ocupa pela força a ex-colônia portuguesa de Timor Leste. É justamente Moçambique quem tem dado, até agora, maior apoio à Fretilin (Frente

de Libertação de Timor Leste), e sustentado a posição de Lisboa, contrária à ocupação indonésia. [O estabelecimento dessas relações está ligado à necessidade que Moçambique tem do apoio dos países islâmicos, entre eles, a Indonésia tem peso; alguns desses países têm dado apoio à Renamo]. (p.23)

#### **DEMISSÕES NA COMUNICAÇÃO SOCIAL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

Dois importantes responsáveis no campo da comunicação social, Armino Aguiar e Frederico Gustavo dos Anjos, anunciaram que irão pôr seus cargos (respectivamente, diretor-geral de Comunicação Social e diretor da rádio nacional) à disposição do primeiro-ministro Daniel Daio. Aguiar é acusado de estimular a censura, e, dos Anjos, a ele ligado, afirma-se que é prepotente e que teria tentado impor uma rígida disciplina à rádio que administra. (p.26).

#### **ÁFRICA DO SUL: CONSELHO DE ESTADO DEBATE A VIOLÊNCIA**

Na continuidade das violentas disputas envolvendo os diferentes grupos étnicos e partidos na África do Sul, o Conselho de Segurança do Estado discute a proibição ou restrição dos exércitos privados, como o neofascista AWB e o Umkhonto we Sizwe (Lança da Nação), ala militar do ANC. A emergência desta questão veio à tona com as violências ocorridas quando o presidente de Klerk discursava "no bastião neo-nazi de Ventersdorp" do Movimento de Resistência Africânder (AWB). Este grupo paramilitar opõe-se ao Partido Nacional, e às concessões aos negros que podem levar a África do Sul a um governo multi-racial. (p.33).

#### **UMA BALA PARA DE KLERK (África do Sul)**

Numa conversa que teve lugar em um bar em Ventersdorp, logo em seguida ao confronto entre militantes do movimento neo-fascista AWB (Movimento de Resistência Africânder), negros e forças policiais - em que três brancos foram mortos -, o líder da extrema-direita, Eugene Terreblanche, afirma que seu movimento irá resistir de todas as formas ao fim do Apartheid, recusando-se sequer a considerar a hipótese de Mandela vir a governar a África do Sul. (p.34).

#### **PRETÓRIA TENTA SOLUÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA (África do Sul)**

As negociações entre as três principais forças políticas na África do Sul (Governo, ANC e Inkatha) aproximam-se de uma solução constitucional para extinguir a violência nas cidades e promover uma anistia geral aos exilados. Paralelamente aos avanços nas negociações, continuam a ser reveladas as operações secretas do governo sul-africano. O ex-agente da Polícia Secreta Militar Sul-Africana, Nico Basson, declarou existir uma rede de empresas fictícias, pertencentes à Polícia Secreta, que seria utilizada para

lançar uma campanha semelhante à que foi desencadeada na Namíbia, com o objetivo de impedir que o ANC obtenha o poder na África do Sul. (p.37).

**IGREJAS PROPÕEM PLANO DE PAZ (África do Sul)**

O "Grupo para a Iniciativa Nacional de Paz" (GINP), integrado por líderes religiosos e empresários, patrocinou um plano de paz envolvendo o Governo sul-africano, o ANC e o Inkhata, visando mediar as negociações multipartidárias que devem apontar para uma nova constituição, arbitrar os conflitos e investigar as causas das ações violentas. (p.38).

**POBRE, BRANCO E SUL-AFRICANO (África do Sul)**

A revogação das leis do apartheid, entre as quais uma que privilegiou os brancos no acesso ao emprego, tem criado uma crise de identidade entre os brancos pobres. Já está acontecendo o que era impossível há alguns anos atrás: brancas trabalhando como empregadas domésticas, ou brancos lavando carros de taxistas negros. Num ambiente deste tipo os movimentos ultradireitistas conseguem filiações crescentes. Isto ocorre mesmo com a taxa de desemprego entre os brancos atingindo só 3%, enquanto entre os negros já ultrapassa os 35%. (p.40).



## ÍNDICE

I.	<u>PALOP</u>	<u>PP.</u>
	1. PALOP.....	01
	2. Angola.....	02-13
	3. Guiné-Bissau.....	14-15
	4. Moçambique.....	16-25
	5. São Tomé e Príncipe.....	26-27
II.	<u>ÁFRICA AUSTRAL</u>	
	1. África Austral.....	28
	2. África do Sul.....	29-40

# A Igreja em África

Mamuel Pinho\*

*Numa África onde as actuais referências mais comuns são as da carestia, da miséria, da corrupção da crise económica, política, social e ambiental, parece-me que a principal missão [da Igreja] é a de restituir a esses povos africanos toda a força da sua dignidade aviltada ao sabor de poderes que demagogicamente dizem representá-los.*

**A** conjuntura actual é favorável para uma apreciação global do papel da Igreja nos países africanos que, durante séculos, comungaram com a mesma ideia força oriunda de Portugal: a criação de espaços de civilização e evangelização a partir de uma mesma matriz.

Mas há dois momentos que me parecem ser de suma importância para qualquer abordagem relativa à Igreja católica nos cinco países lusófonos africanos. Primeiro, a sua história mais recente, que conta apenas com 16 anos de vida, tantos quantos a independência dos países onde está inserida e onde encontra razões de existência na sua missão evangelizadora. Depois, outro momento importante a não esquecer é o próximo Sinodo, a realizar possivelmente dentro de ano e meio, mas já na sua fase de preparação mais importante, a reflexão das bases e recolha de elementos que permitirão sentir o pulso do pensamento dos católicos africanos.

Para compreender o papel dessas Igrejas nos seus respectivos países é impossível deixarmos de lado o momento em que se viram inesperadamente com a obrigação de conduzir com pessoal africano aquilo que até então era dirigido por bispos portugueses, segundo as regras e os privilégios ditados pelo Padroado e pela Concordata assi-

nada com Portugal. Tal situação até poderia não ter tido grande significado, não fora as assumidas direcções ideológicas que vieram colocar em xeque a posição da Igreja no terreno e abalar toda a estrutura vigente, fazendo como primeiras vítimas as cúpulas hierárquicas. Tais Igrejas estavam dependentes a partir do alto, e não tanto a partir da base, que demonstrou grande capacidade para as mudanças e para continuar, mesmo sem a presença das ingentes forças missionárias que bem depressa tomaram a debandada, salvo excepções que justificaram o verdadeiro espírito missionário que representavam.

E daí vem uma das páginas mais difíceis e corajosas dessas Igrejas, particularmente Angola e Moçambique, pois os outros três países apenas têm um bispo cada um.

Mas numa África onde as actuais referências mais comuns são as da carestia, da miséria, da corrupção da crise económica, política, social e ambiental, parece-me que a principal missão, e não apenas simples papel a desempenhar, é a de restituir a esses povos africanos toda a força da sua dignidade aviltada ao sabor de poderes que demagogicamente dizem representá-los. Muitas páginas se têm preenchido sobre a Igreja nesses países como a única organização capaz de ter

mantido uma presença eficaz nos anos tumultuosos do passado recente. Mas é necessário mais. É necessário que se mantenha como força moral credível nos tempos que se avizinham.

Tudo leva a crer, e disso já há sinais, que o próximo futuro seja de grande luta pelo Poder, onde a guerra verbal terá um importante espaço, e onde não faltarão tentativas de namoros e casamentos de conveniência a rondar a Igreja e os palácios episcopais.

Portas adentro, e em consonância com a sua própria missão, importante é a atenção que as Igrejas nesses países de língua portuguesa devem dar à formação dos seus agen-

tes de pastoral, e à sociedade em geral. O recente documento "O Cristo e a Política", da Igreja de Angola, constitui uma boa amostra dessa formação e oportunidade. Mais que o seu papel interveniente no campo da política e do social, oportuno é todo o esforço a despendar para que os católicos saibam em cada momento dar respostas aos desafios que lhe serão colocados. E refiro-me concretamente ao diálogo com o mundo das etnoreligiões, com o mundo islâmico (na Guiné-Bissau e em Moçambique), com as outras denominações cristãs presentes, e ainda uma resposta muito concreta no campo da inculturação do cristianismo em África, o que passa pelas propostas e pelos aliciamentos vindos do mundo das seitas a crescer a ritmo acelerado em todo o continente africano.

O momento actual de mudança política será brevemente ultrapassado, mas a resposta aos grandes desafios postos pela sociedade africana continuará a ser a pedra de toque que determinará que papel e que tipo de Igreja se pretende hoje para os PALOP e para o continente em geral. O próximo sínodo é momento propício para aferir algumas dessas capacidades, que passam também por gestos de coragem e de africanidade no universal da Igreja católica. ■

\* Padre dos Missionários Combonianos; director da revista "Além-Mar"

**ANGOLA****Privatização das fazendas de café**

**\* As 30 maiores vão ser postas à venda pelo Governo**

O Governo angolano vai privatizar algumas das maiores plantações de café do País, numa tentativa de recuperar a posição de Angola como um dos maiores produtores mundiais, disse sábado, em Luanda, o ministro do Café, Faustino Muteka.

Muteka revelou que o Governo decidiu vender, nos próximos meses, 30 das maiores «fazendas» de café do País, actualmente geridas pelo Estado.

Em 1973, Angola produzia um décimo do café mundial, sendo, na altura, o quarto país produtor.

O Estado apoderou-se da maioria das plantações em 1975, após a independência. A guerra civil e a má gestão dos recursos pelo Governo angolano levou a um rápido declínio da produção de café.

Em 1973, Angola produziu 241.000 toneladas de café, contra apenas as 4.500 toneladas produzidas em 1990.

Muteka disse que a venda das «fazendas» será aberta a compradores angolanos e estrangeiros, incluindo a hipótese da compra por membros da Unita.

O «boom» da produção de café em Angola ocorreu após o final da II guerra mundial. Em 1970, 250.000 pessoas trabalhavam em mais de 2.500 «fazendas».

Público - 11/08/91

**ACIDENTE AÉREO MATA EM ANGOLA** — Um número indeterminado de pessoas morreu ontem, num acidente com um helicóptero «Mi-17», em Noqui, na fronteira norte de Angola — disse uma fonte da Força Aérea à Agência de Notícias LUSA. O helicóptero partira, na sexta-feira, de Luanda para Mbanza Congo, província angolana do Zaire, numa viagem de trabalho do governador provincial, Estêvão Zeferino Juliana.

**Novo primeiro-ministro é Fernando Van Dunen**

O novo primeiro-ministro de Angola é Fernando Van Dunen, nomeado no decurso de uma remodelação governamental efectuada pelo presidente José Eduardo dos Santos. Van Dunen transitou da chefia do Ministério do Plano.

Entretanto, foi criada a Comissão Permanente do Conselho de Ministros, presidida pelo Chefe do Estado. As suas funções são as de um «gabinete restrito», destinado a facilitar a tomada de decisões governamentais sobre questões prioritárias. É composto pelos ministros do Interior, do Plano, Administração do Território, Justiça, Finanças, Saúde, Agricultura, Trabalho e Segurança Social, Comércio, bem como o governador do Banco Central.

Fernando Van Dunen foi substituído na pasta do Plano por Emanuel Carneiro. Foram substituídos ainda o secretário de Estado dos Materiais de Construção e o vice-ministro dos Transportes, sendo os novos titulares, respectivamente, José Pedro Morais e Arlindo Silva.

Manuel Pacavira, antigo embaixador na ONU e até agora responsável pelo sector da Informação e Propaganda do MPLA, foi substituído no cargo passando a governador da província do Cuanza Norte. Por seu turno, o antigo vice-ministro da Informação, João Miranda, passou a ocupar o cargo de vice-ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Comércio do Porto - 12/08/91

**Cinco empresas operam em Angola**

Cinco empresas portuguesas (Coba, Epal, Epul, Hidroprojecto e Interismet) constituíram um agrupamento especificamente destinado a actuar no mercado angolano.

O protocolo estabelecido entre as cinco empresas considera que a acção do agrupamento vai desenvolver-se em dois planos distintos: na agregação das empresas para a detecção de projectos e implementação, por um ou mais membros, de propostas de execução dos mesmos e na constituição de consórcios entre as empresas perante trabalhos concretos, tendo em atenção as capacidades de cada uma delas.

Ao apresentar o protocolo, Ricardo Oliveira, administrador da Coba, anunciou que numa segunda fase se justificará a constituição de uma empresa em Angola, com o objectivo de prosseguir a realização de projectos abrangidos pelo âmbito do agrupamento: uma empresa local, de capitais totalmente portugueses ou luso-angolanos, onde participarão técnicos e quadros de Angola.

Na execução das acções programadas, o agrupamento conta com um efectivo pluridisciplinar de cerca de 800 técnicos, o que lhe confere elevada capacidade de intervenção nos múltiplos estudos e projectos a levar a cabo.

As empresas que constituem o agrupamento assumirão, reciprocamente e perante terceiros, a responsabilidade total e plena garantia pelos serviços a prestar, ao mesmo tempo que assegurarão a gestão do protocolo.

As áreas de competência das empresas que agora se associaram são, entre outras: aproveitamentos hidráulicos; arquitectura; cartografia; controlo de qualidade; desenvolvimento rural e agrícola; estruturas geotécnicas; formação profissional; gestão e qualidade do ambiente; informática; infra-estruturas de transportes; organização, gestão e administração; planeamento regional e urbano; produção e transporte de energia; recursos hídricos e saneamento básico.

É intenção do agrupamento estender no futuro a sua intervenção a outros países africanos lusófonos.

# “O povo angolano deve mandar”

HOLDEN ROBERTO, líder histórico da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), regressa dentro em breve a Angola. “Não posso continuar aqui fora. Devo participar na construção de um país onde se possa viver em progresso e fraternidade”, explicou ao PÚBLICO o pioneiro da luta armada angolana. Recebeu-nos na sua residência nos arredores de Paris — onde tem estado exilado — numa escala entre diversas viagens de trabalho a países da Europa do Norte.

A corrida de investidores estrangeiros a Angola, desencadeada pelo processo de paz, leva-o a recordar que o “maior investimento de Portugal em Angola é a cultura. Pode haver outros investimentos estrangeiros, mas Portugal ocupa o lugar primordial, porque a cultura não divide as pessoas”. Céptico quanto à representatividade do Acordo do Estoril, Holden Roberto advoga a realização de uma Conferência Nacional de todos os partidos angolanos. Mas antes resta-lhe resolver o problema da suspensão do registo da FNLA, decretado na semana transacta depois do representante do movimento em Luanda, Leopoldo Trovoada, ter referido a existência de “seis mil homens armados” do FNLA.

**PÚBLICO — Que razão levou o Leopoldo Trovoada a evocar a existência de seis mil homens armados do FNLA?**

**HOLDEN ROBERTO —** Não tenho um texto, impresso, com as declarações atribuídas ao Trovoada. Deram porém uma proporção incrível a um incidente que não o merece. Tivemos quase 35 mil homens armados... Quando acabámos

com a luta armada, uns foram para o Zaire, outros para as suas famílias. Num país em guerra, é natural que alguns homens tenham continuado armados, mas apenas para defesa pessoal.

**P. — Que problemas coloca esta suspensão de registo do FNLA?**

**R. —** É um problema político que eles querem provocar, e que tem de ser resolvido politicamente. Eles deviam saber que a liberdade de expressão é um dos princípios básicos da democracia. Mas como em Angola não há separação do poder — o Governo é o MPLA, o tribunal é o MPLA, o Parlamento é o MPLA... Logo à minha chegada a Angola temos de discutir esse problema. Senão, nestas condições, não há processo democrático. Ou então trata-se de um estratagem do MPLA para obrigar a FNLA a pedir-lhes um favor...

**P. — Que programa partidário vai defender em Angola?**

**R. —** O nosso primeiro objectivo é fazer de Angola um Estado de Direito. Um Estado de Direito onde as liberdades individuais e colectivas serão respeitadas, que garante a liberdade de expressão e de religião, com uma economia de mercado, e que atraia investimentos estrangeiros, são os elementos de base que defendemos.

**P. — E como vê a transição para esse estado ideal dum país ainda ferido por 16 anos de guerra civil?**

**R. —** O principal é alcançar uma paz duradoura, que dê ao povo angolano confiança no fu-

turo. Num processo normal, nós devíamos ter um Governo de transição em Angola. Mas a realidade é que ficou o MPLA como árbitro e jogador... Reconstruir o país passa pelo restabelecimento da estrutura económica — construir uma rede rodoviária, uma rede de comunicações — e sobretudo por uma ajuda às populações atingidas pelas hostilidades. É preciso dar de comer à população, porque não se pode esperar que um povo se ponha a trabalhar quando tem fome.

**P. — Um país que desconhece a democracia não vai encontrar de um dia para o outro os reflexos dos meca-**

**nismos democráticos...**

**R. —** Isso depende do povo. O povo angolano abriu os olhos. Agora deve mandar, como numa democracia. Muitos países em que os Chefes de Estado negam a representação popular, têm sido obrigados a aceitá-la, precisamente sob a pressão popular. Não acredito que Angola vá rumar no sentido contrário ao do movimento de progresso em toda a África. E não creio que os partidos tenham força para impedir a democratização de Angola.

**P. — Está satisfeito com os termos do Acordo do Estoril?**

**R. —** Estamos a vêr o que

passa! Já começa a haver divergências, porque esse acordo não teve em consideração o conjunto dos problemas angolanos. Foi, no mínimo, bipolarizado entre a Unita e o MPLA, que não representam todo o povo. Acho que foi uma solução “de fora”. A única forma de resolver o problema angolano de uma maneira definitiva e justa, é através de uma Conferência Nacional. Neste quadro não pode haver interferência de Portugal, nem dos EUA nem da União Soviética — só a dos angolanos que, em família, discutem os seus problemas. Sofremos 15 anos de guerra civil, porque houve intervenção estrangeira.

**P. — Quem participaria nessa conferência? Como seria organizada e que temas deveriam ser debatidos?**

**R. —** Todos os partidos devem participar. Os que já existiam e os novos

que estão a surgir deviam juntar-se para definirem as linhas de um quadro institucional e criar as condições de instauração de um processo democrático.

**P. — Pessoalmente, que tipo de regime gostaria de ver adoptado em Angola?**

**R. —** Eu acho que o regime parlamentar é o mais representativo do povo. Aquele em que o povo angolano melhor poderia controlar a acção daqueles em que delegou o seu poder.

**P. — Certos boatos aventam que algumas companhias petrolíferas fomentam movimentos secessionistas de Cabinda.**

**R. —** É uma ideia que se inscreve numa lógica de privilégio dos interesses estrangeiros. Cabinda pertence ao território angolano. E preciso não esquecer que o canal que “separa” Cabinda de Angola é artificial: foi aberto no século XIX para servir interesses colonialistas. Tal como quando se partilhou a África na Conferência de Berlim não foram tomados em consideração os interesses dos africanos, deixando uma herança de problemas sociais, económicos e políticos para os africanos. Já houve outros movimentos secessionistas em África — recorde-se os casos do Katanga, do Biafra, etc. — que semearam a morte. Eu lanço um apelo aos angolanos para que não se deixem envolver mais uma vez numa lógica de morte. Que não se esqueçam que o canal artificial que separa Cabinda foi aberto por um contrato entre a Bélgica e Portugal, para criar uma via de navegação para o Congo.

**P. — Nos países em que os regimes comunistas caíram pedem-se contas aos antigos responsáveis. Acha que se deva fazer o mesmo em Angola?**

**R. —** Não queremos ajustes de contas; queremos paz e progresso. Houve erros, sim, mas agora há que reconstruir o país na fraternidade e na compreensão mútua. Pelo menos, eu, como cristão, desejo que esqueçamos o passado. O que se passou nos países do Leste não se aplica a Angola: como africanos, nós temos uma filosofia muito diferente. Muitos erros foram cometidos por ignorância, por pessoas que seguiram cegamente uma certa ideologia, mas que compreendem hoje que essa ideologia falhou.

**Ana Navarro Pedro, em Paris**

PÚBLICO

DOMINGO, 18 AGOSTO 1991

## Holden não chegou

HOLDEN ROBERTO, líder da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), devia ter desembarcado ontem no aeroporto de Luanda, mas a expectativa das dezenas de pessoas que, segundo a agência Lusa, o aguardavam para lhe dar as boas-vindas acabou por sair frustrada. A informação da chegada partiu de uma mensagem de Lisboa para o aeroporto de Luanda. Mas o representante da FNLA em Luanda, Leopoldo Trovoada, disse que o líder do movimento só deve afinal chegar na próxima semana.

# PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 14 AGOSTO 1991

## CARTAS AO DIRECTOR

*As cartas não devem ultrapassar as 20 linhas dactilografadas (cerca de 1000 caracteres) e ser devidamente identificados.*

*O PÚBLICO reserva-se o direito de resumir as cartas recebidas e não devolverá originais não publicados.*

### Presidente ou padre?

Está agora na moda em Angola os políticos encostarem-se à Igreja Católica. Vem isto a propósito da recente entrevista de Manuel Santos Lima ao jornal PÚBLICO. Se já não estivéssemos habituados a ser surpreendidos pelas repentinas alterações de posições dos políticos angolanos, abríamos a boca de espanto.

Porque é que políticos angolanos ateus namoram agora a Igreja, chegando a fazer apelos a Cristo, a Deus, aos santos, etc.? Porque é que Santos Lima, que há uns meses falava em "socialismo democrático" (um lugar-comum usado também pelo MPLA, UNITA, FNLA e "terceiras forças") agora diz estar na área social-cristã, inspirado pela doutrina social da Igreja?

Por isto: a Igreja Católica tem força, arrasta quase metade da população. (...) Mas a Igreja está atenta a estes oportunismos. A sua hierarquia tem consciência de que estão a aparecer políticos a namorá-la, a encostar-se, a colar-se; mas a Igreja (...) nem sequer vai apoiar a formação de qualquer partido com designação religiosa. Vai, isso sim, apoiar a participação de leigos reconhecidos na vida política, o que não é o caso de Lima.

Que Lima não se iluda! A área em que à última hora de quer inserir já está ocupada. Se há uma figura ligada à doutrina social da igreja, é sem

dúvida Joaquim Pinto de Andrade.

Lima considera-se a si próprio um símbolo. Que presunção!

Lima não foi o primeiro negro do exército português. Foi, talvez, o primeiro alferes. Também não foi o primeiro dissidente do Comité Director do MPLA. Já se esqueceu de Viriato da Cruz? E em Angola pergunta-se: Lima foi dissidente ou fugiu da luta?

Em Angola ninguém (a não ser alguns intelectuais) o conhece nem ao seu "Mudar". Se for a Luanda, quando vencer esse medo de entrar no país, o autor de "Mendigos e Anões" vai ver a verdadeira projecção do seu movimento e nessa altura resolva ser mais modesto. Na capital angolana, o "Mudar" é um desconhecido. E não se argumente que não tem acesso aos meios de Comunicação Social. Pois os "partidos emergentes" (PRD, PDA, CNDA, FDA) existem dentro do país, muita gente os conhece, fazem trabalho político, fartam-se de dar conferências de imprensa. O PRD até colocou um dístico gigante no meio da rua, mesmo à saída do aeroporto de Luanda, com os dizeres: "Bem-vindo à República Popular de Angola, país de desigualdades, de miséria, fome e intimidações". Kundi Palama, governador de Luanda, já protestou publicamente contra esse "ex-libris", mas não o consegue tirar.

Moisés Lina, um dos adversários do regime, condena-

do à pena de morte, quando saiu em liberdade, há semanas atrás, prestou declarações à televisão do MPLA.

(...) O medo e o aparelho repressivo impedem a actividade aberta do "Mudar", diz Lima. Mas quem tem medo não se mete em política. Esse medo patológico de Lima não será já muito antigo?

Se Lima for a Luanda, verá que não há medo, que se pode falar e actuar à vontade, verá a nova sede da FNLA (uma organização que já chegou ser odia

da pelos luandenses) a funcionar legalmente em plena Ingombota, com a bandeira vermelha, branca e amarela desfraldada, verá mesmo alguns "disas" pedirem desculpa às suas antigas vítimas. Verá a vida política-social a fervilhar, a mexer, a movimentar-se, a tomar decisões... E Lima não tem nada a ver com isso.

Por isso queríamos pedir a Manuel Lima: embarque quanto antes para o interior do país, sem medo, para que os angolanos o coloquem no seu verdadeiro lugar.

*Rui Musoko  
Lisboa*

Capital angolana comemora hoje o seu dia

# Luanda ao espelho da História

Jonuel Gonçalves

A capital angolana comemora hoje o seu dia, com um visual tão marcado pelos 16 anos de independência como pelos 416 de existência.

**A** 15 de Agosto de 1648, uma armada vinda do Brasil sob o comando de Salvador Correia de Sá e Benevides puxou termo à ocupação de Angola pelos holandeses e devolveu-a à coroa portuguesa. Apesar de as autoridades angolanas já terem nomeado uma comissão encarregada de encontrar uma data alternativa para a cidade celebrar o seu dia, ainda não se chegou a qualquer conclusão e, à falta de melhor, o 15 de Agosto continua a evocar São Paulo da Assumpção de Luanda, fundada em dia incerto de 1575 por Paulo Dias de Novais, nas proximidades do morro da Fortaleza de São Miguel, depois de instalação provisória na ilha que lhe faz face. Fortaleza e Ilha conti-



Ontem Avenida António Barroso, hoje Marien Ngouabi. E amanhã?

nuam a deter valor emblemático.

As suas praias, frequentadas aos domingos por milhares de habitantes, estão na origem de engarrafamentos tão intensos como os que se registavam nos últimos anos do período colonial. Perímetro militar desde 1975, a "ponta da Ilha" foi, pouco antes do cessar-fogo, devolvida à vida civil: além do Barracuda, onde as despesas são pagas em dólares, abriu logo a seguir o Bar do Bruno. Muito mais concorrido — porque aceita pagamentos em kwanzas —, tornou-se ponto de

encontro para as noites luandenses de fim-de-semana. Com o fim da guerra e do longo recolher obrigatório, a animação promete ser ainda maior.

Embora nos últimos dois anos, com a privatização na ordem do dia, os clubes nocturnos começassem a florescer, não conseguiram apagar o brilho das famosas "farras" em quintais, terraços e apartamentos. O Pandemónio, o Paralelo, o Animatógrafo e, mais recentemente, o Mariavas, antiga casa de fado reaberta com música "in", são fre-

quentados por uma classe média já numerosa, apesar do nível de vida ainda instável.

Para outros estratos da população — hoje estimada em cerca de dois milhões de habitantes, contra meio milhão em 1975 —, a instabilidade é ainda maior. O abastecimento de bens essenciais constitui o grande problema urbano e a escassez da oferta provoca a subida em flecha dos preços e obriga a que 78 por cento dos consumidores dependam do mercado paralelo.

Este fenómeno traduz uma

mutação fundamental no rosto de Luanda: o centro comercial da cidade deslocou-se da Baixa para os vários mercados, alguns com nomes que lembram títulos de telenovelas ou de outros programas de televisão — Roque Santeiro, um autêntico hipermercado ao ar livre junto ao muceque Lixeira; Beato Salu, no Bairro Operário; Os Trapalhões, na Ilha —, outros conservando as suas antigas designações — São Paulo e Kinaxixi, por exemplo.

Cerca de três em cada quatro luandenses moram nos muceques, em habitações de pedra e cal ou em cubatas, num labirinto de ruas esburacadas e com condições higieno-sanitárias de arrepiar. O

seu índice de ocupação varia proporcionalmente ao crescimento demográfico — tem de haver sempre lugar para mais um.

Para lá dos muceques, pelas estradas de Catete e do Cacuaco, estendem-se as duas zonas industriais da capital, à espera que novos rumos económicos promovam a sua efectiva reabilitação. Entretanto, generalizam-se as reivindicações salariais e as greves.

Entre o muceque e o mar, na "zona do asfalto", as condições são muito melhores, mas não

isentas de problemas, como a degradação dos edifícios, as deficiências na distribuição de água, os cortes de luz, os buracos no pavimento e a falta de operacionalidade dos serviços de recolha do lixo. Os bairros de Alvalade e Miramar — zonas residenciais de moradias para quadros superiores, nacionais ou estrangeiros — mantêm, no entanto, um aspecto tranquilo e cuidado.

Em Ingombota, Maianga e Cidade Alta — as três áreas históricas —, a integração processa-se com mais facilidade, e é frequente os vizinhos terem padrões e estilos de vida pouco semelhantes entre si. Os nomes das ruas mudaram, e por certo não ficarão por aqui, pois multipartidarismo "obliga". A antiga Vasco da Gama foi rebaptizada Karl Marx, a Brito Godins passou a Lenine e a Carmona deu lugar à Guevara. Menos problemas de mudança, porque sem carga ideológica, terão a Rua da Missão, ex-Rua Luis de Camões, ou a Rei Katyavala, ex-Coronel Artur de Paiva, mas não se sabe se a tradicional Rua Direita voltará a chamar-se assim.

Das estátuas portuguesas restam apenas pedestais, com excepção para a de monsenhor Alves da Cunha, que está intacta. No Largo da Mutamba também não se mexeu, apesar de ter deixado de ser o terminal dos transportes públicos urbanos, e a Avenida Marginal, ao longo da baía, coexiste bem com o nome oficial de Avenida 4 de Fevereiro, pois chama-se das duas maneiras.

Em muitas coisas, Luanda é assim: cidade de duas maneiras. ■

Últimas de Luanda

# Suspeita de mortes ameaça paz angolana

A UNITA acusaria o MPLA da eliminação física de prisioneiros. Mas há quem assegure que Jonas Savimbi tem demasiados «telhados de vidro». Entretanto Luanda contesta partidos de influência francesa

## Lurdes Feio

**A** UNITA estará a protestar pelo alegado desaparecimento de elementos seus que teriam sido capturados pelo MPLA. Esta acusação poderá pôr em causa o processo de paz em Angola.

Segundo «O Jornal» apurou, circulam rumores de que, no processo de libertação de prisioneiros em curso a UNITA haveria dado pela falta de antigos elementos seus. O movimento de Jonas Savimbi insinuaria que as entidades de Luanda eliminaram fisicamente alguns prisioneiros.

A situação está a causar apreensão junto dos grupos internacionais de fiscalização do processo de paz, receando-se que venham a surgir conflitos que deteriorem o clima de desanuviamento que os Acordos do Estoril haviam promovido na capital angolana.

Embora não nos tenha sido possível confirmar esta notícia junto das entidades oficiais, que procuram, antes, explicar estes rumores com alegadas manobras de contra-informação, o certo é que fontes militares portuguesas contactadas por «O Jornal» admitiram que existem «fortes probabilidades» de se vir a confirmar o desaparecimento de prisioneiros de parte a parte.

«Desde que se iniciou o processo de paz, havia o receio de que a libertação de prisioneiros viesse a confirmar a eliminação física de

alguns membros da UNITA e do MPLA. Portanto, não me espanta nada que isso seja verdade e admito perfeitamente que as queixas venham a surgir dos dois lados», confidenciou-nos um oficial português.

## A espera de Savimbi

Algumas fontes sugerem que este problema poderá estar na origem do adiamento da entrada de Jonas Savimbi em Luanda. Outras fontes, contudo, explicam a atitude do presidente da UNITA com uma estratégia pessoal de criar suspense na população e garantir uma recepção empolgante na capital angolana.

«Por enquanto, Savimbi correria o risco de ser recebido num ambiente bem mais morno do que lhe convém», afirmam as mesmas fontes. E acrescentam: «As acusações lançadas contra o MPLA poderão inserir-se nessa estratégia de Savimbi de denegrir a imagem política do MPLA e criar para si próprio o estatuto de mártir».

Entretanto, um outro dado político parece estar a provocar alguma tensão em Luanda. Trata-se do aparecimento de novos partidos políticos de influência francesa, fundados por angolanos até há pouco tempo residentes em França, e que terão recebido financiamento deste país.

De acordo com fontes diplomáticas, estes partidos estarão a merecer forte contestação de alguns sectores angolanos, que não parecem dispostos a aceitar um crescimento da influência francesa em Luanda. «Os africanos em geral e os angolanos em particular conhecem bem os efeitos perversos da descolonização francesa noutras zonas de África. Por isso existe um clima de contestação contra essa estratégia em Luanda», dizem-nos.

Aliás, desde que se iniciou o processo de paz angolano, cresceram as tentativas de aproximação por parte de vários países europeus, interessados em guardar para si uma

boa fatia dos negócios que se perspectivam num país onde abundam as potencialidades inexploradas.

## Cavaco antecipa-se

É nesse contexto que se inscrevem algumas visitas oficiais de dirigentes políticos europeus, que iniciaram uma autêntica corrida para Luanda. Esta urgência terá obrigado, inclusivamente, Cavaco Silva a antecipar a visita que havia programado a Angola, sem data marcada.

O anúncio da deslocação de Cavaco a Luanda, que tudo indica terá início já no dia 26, é disso um bom exemplo. Nos bastidores do poder em Lisboa circulam rumores de que o primeiro-ministro português quis chegar a Luanda antes de outros líderes europeus, designadamente Felipe González, que deverá visitar Angola nos primeiros dias de Setembro.

A viagem de Cavaco decorrerá imediatamente depois da festa algarvia do PSD, no Pontal, onde se aguarda a habitual intervenção política de fundo que, desta vez, dará o grande pontapé de saída para a campanha eleitoral. Portanto, só a necessidade de se adiantar à diplomacia de outros países justificará que o líder do PSD realize uma deslocação de vários dias a Angola, em pleno período de campanha eleitoral.

Outro aspecto sintomático deste jogo de influências prendeu-se com a recusa portuguesa de promover uma conferência ibero-africana proposta muito recentemente pelos espanhóis. Perante o silêncio discreto de Cavaco Silva, o ministro dos Negócios Estrangeiros português, João de Deus Pinheiro, discordou publicamente da oportunidade de tal conferência, obrigando os espanhóis a recuarem.

16.8.1991 O JORNAL